

8.2. NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

8.2.1. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADOS E SEM PREJUÍZO DO LEGALMENTE ESTABELECIDO, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPETIVOS EFEITOS NO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTES DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, PASSIVO E DOS RESULTADOS DA AUTARQUIA.

Na sequência das recomendações do Revisor Oficial de Contas, no corrente ano foi efetuado um levantamento exaustivo dos subsídios ao investimento (proveitos diferidos), nomeadamente quanto aos montantes e à afetação dos mesmos aos respetivos investimentos, tendo-se efetuado as devidas regularizações dos exercícios anteriores pela conta 59 – resultados transitados.

8.2.2. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

A conta dos proveitos extraordinários, aumentou o montante da imputação anual dos proveitos diferidos por consequência da regularização e afetação dos subsídios ao investimento aos respetivos investimentos, conforme referido na nota 8.2.1.

No passivo do Balanço foi aplicado pela 1.^a vez a separação dos reembolsos de capital a ocorrer no ano seguinte, tendo em 2015 sido reconhecido o montante de 802.602,36 a liquidar em 2016.

Os impostos e taxas reduziram face ao exercício de 2014, pelo facto de neste ano a administração fiscal ter disponibilizado informação complementar do valor total dos impostos liquidados e não cobrados no valor de 300.845,73 , até ao ano de 2014. O Município fez o acréscimo de proveitos por contrapartida dos impostos e taxas por se desconhecer a que período se reportava. Em 2015 procedeu-se ao ajustamento do valor recebido deduzindo-o ao acréscimo (excesso de estimativa de impostos), conforme explicado no ponto 8.2.28.

As Amortizações diminuíram por via de em 2014 se ter amortizado totalmente um conjunto alargado de bens, nomeadamente de Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares em cerca de 509.000,00 e no exercício de 2015 não existiu um incremento muito significativo no ativo firme do Município face ao que deixou de ter amortizações.

Os Fornecimentos e Serviços Externos sofreram uma redução significativa, motivada pela contenção de despesas por parte do executivo camarário.

8.2.3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

a) Imobilizações Corpóreas

Todo o imobilizado adquirido no decorrer do ano de 2015, foi valorizado ao custo de aquisição, de acordo com o estabelecido no ponto 4.1.1. - Imobilização do POCAL.

De acordo com o estabelecido no ponto 2.7.2 - Amortização do POCAL, as amortizações do exercício foram calculadas pelo método das quotas constantes. A taxa de amortização de cada bem corresponde à fixada pela Portaria 671/2000 de 17 de Abril - CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado. Os elementos patrimoniais estão sujeitos à amortização corresponde à quota anual no exercício em que entraram em funcionamento, independentemente no mês em que ocorre a sua aquisição.

b) Imobilizações em Curso

Estão registadas ao custo de aquisição ou produção durante a sua fase de construção e são transferidas para imobilizado, aquando da assinatura do auto de receção provisória, documento comprovativo proveniente do DOUMA. No que

respeita a obras em curso realizadas por Administração Direta, é com dificuldade que os serviços procedem aos lançamentos contabilísticos das mesmas, uma vez que não é remetida a este serviço toda a informação necessária.

c) Investimentos Financeiros

Estão registados ao custo de aquisição.

No que diz respeito à participação na CESAB, esta, corresponde ao capital obtido pelo pagamento da Joia de Inscrição de 1.500€, no ano de adesão (1993), e do pagamento da quota anual de 250,00€ nos anos subsequentes, até 2006, ano em que se deliberou sobre a extinção das quotas (salvo se vier a ser deliberado em Assembleia a reposição do pagamento). No ano de 2006 ocorreu um incremento de capital (pelos resultados obtidos) no valor de 6.000€ e em 2009 pela oferta aos Associados de uma quota extraordinária de capital) no valor de 10.500€. Em 2009 o Capital foi também convertido em unidades de participação de 500€ cada. Resulta que o Município de Tábua detém 42 unidades de participação no Capital do CESAB.

d) Acréscimos e Diferimentos

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício ou do acréscimo.

De acordo com o princípio da especialização do exercício ou do acréscimo:

1. Estão contabilizados como **acréscimos de proveitos (conta 271)**, transferência a receber da DGESTE, referente aos acordos de colaboração, transferência das Águas do Planalto, referente a RSU e Saneamento dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2015, transferência referente à Fruta Escolar, e valor de proveitos reconhecidos no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa e cuja receita só se venha a arrecadar em exercícios posteriores como IMI, IMT, IUC, Derrama e Participação Fixa no IRS.

2. Estão contabilizados como **custos diferidos (conta 272)**, os seguros cujo período de abrangência decorre ainda no exercício seguinte.

3. Estão contabilizados como **acréscimos de custos (conta 273)**, os seguros a liquidar, as remunerações e os respetivos encargos sobre remunerações, referente a Férias e Subsídio de Férias a liquidar em 2016, mediante uma previsão, juros a liquidar de empréstimos contraídos.

4. Estão contabilizados como **proveitos diferidos (conta 274)**, os subsídios para investimento atribuídos à autarquia, os quais, estando associados a ativos, são reconhecidos na conta "7983 - Proveitos e ganhos extraordinários - transferências de capital", de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a que se destinaram. No exercício de 2015 foi transferido para a conta "7983 - Proveitos e ganhos extraordinários - transferências de capital" o montante de 279.217,17 Euros.

e) Existências

As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas com a compra até à sua entrada em armazém. Como método de custeio das saídas de armazém é utilizado o custo médio ponderado.

f) Amortizações

As amortizações são calculadas sobre o valor do custo de aquisição de acordo com as taxas previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado. O método de cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

g) Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a Terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

h) Disponibilidades de Caixa e Depósitos

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamentos e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

8.2.4. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA A CONVERSÃO EM MOEDA PORTUGUESA DAS OPERAÇÕES REGISTRADAS EM CONTAS INCLUÍDAS NO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ORIGINARIAMENTE EXPRESSAS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Não se aplica, em virtude de não se ter efetuado qualquer operação em moeda estrangeira.

8.2.5. SITUAÇÕES EM QUE O RESULTADO LÍQUIDO FOI AFETADO: POR VALORIMETRIAS DIFERENTES DAS PREVISTAS NOS CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA, POR AMORTIZAÇÕES DO ATIVO IMOBILIZADO SUPERIORES ÀS ADEQUADAS OU POR PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS RESPEITANTES AO ATIVO

Não aplicável.

8.2.6. COMENTÁRIO ÀS CONTAS 431 – DESPESAS DE INSTALAÇÃO E 432 – DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Nas contas 431 “Despesas de Instalação” e 432 “Despesas de investigação e desenvolvimento”, não ocorreu qualquer alteração, estando ambas totalmente amortizadas. A conta 43301 “Licenças” regista o movimento da aquisição das licenças dos programas informáticos utilizados pelo Município.

8.2.7. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO CONSTANTES DO BALANÇO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES (ATIVO BRUTO, AMORTIZAÇÃO E PROVISÕES)

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e respetivas amortizações, assim como as provisões, foram, de acordo com os seguintes quadros:

Município de Tábua - Câmara Municipal

Ano: 2014

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates +Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e recursos naturais	2.688,00	0,00	7.260,00	0,00	0,00	9.948,00
452 Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453 Outras construções e infraestruturas	46.442.229,41	0,00	241.493,53	0,00	1.422.049,70	48.105.772,64
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	3.389.416,70	0,00	1.107.739,75	0,00	-1.422.049,70	3.075.106,75
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	49.834.334,11	0,00	1.356.493,28	0,00	0,00	51.190.827,39
431 Despesas de instalação	50.146,02	0,00	0,00	0,00	0,00	50.146,02
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	64.860,16	0,00	0,00	0,00	0,00	64.860,16
433 Propriedade industrial e outros direitos	267.574,51	0,00	16.125,21	0,00	0,00	283.699,72
443 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	382.580,69	0,00	16.125,21	0,00	0,00	398.705,90
421 Terrenos e recursos naturais	4.710.586,17	0,00	1.774,16	0,00	0,00	4.712.360,33
422 Edifícios e outras construções	13.647.399,42	0,00	1.128,26	0,00	1.110.727,78	14.759.255,46
423 Equipamento básico	1.198.237,27	0,00	27.894,52	0,00	0,00	1.226.131,79
424 Equipamento de transporte	625.567,49	0,00	4.124,78	0,00	0,00	629.692,27
425 Ferramentas e utensílios	83.627,71	0,00	1.229,84	0,00	0,00	84.857,55
426 Equipamento administrativo	2.620.856,66	0,00	34.626,21	0,00	0,00	2.655.482,87
427 Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	15.245,67	0,00	0,00	0,00	0,00	15.245,67
442 Imobilizações em curso	1.256.910,23	0,00	367.224,43	0,00	-1.110.727,78	513.406,88
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	24.158.430,62	0,00	438.002,20	0,00	0,00	24.596.432,82
411 Partes de capital	24.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.575,00
412 Obrigações e títulos de participação	491.069,09	0,00	0,00	0,00	0,00	491.069,09
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151 Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	515.644,09	0,00	0,00	0,00	0,00	515.644,09

Município de Tábua - Câmara Municipal

Ano: 2015

Amortizações e Provisões

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	4853	30.997.249,39	3.025.405,53	1.213.241,58
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00
		30.997.249,39	3.025.405,53	1.213.241,58
De Imobilizações Incorpóreas	483			
Despesas de Instalação	4831	50.146,02	0,00	0,00
Despesas de Investigação e desenvolvimento	4832	64.860,16	0,00	0,00
Propriedade Industrial e outros direitos	4833	188.480,94	62.610,66	17.817,69
		303.487,12	62.610,66	17.817,69
De Imobilizações Corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	3.175.507,00	438.819,11	146.206,90
Outras construções	48222	84.503,77	88.076,25	10.846,62
Equipamento básico	4823	913.082,53	165.743,41	77.577,37
Equipamento de transporte	4824	590.701,93	37.168,94	15.995,47
Ferramentas e utensílios	4825	72.105,07	6.899,97	2.352,52
Equipamento administrativo	4826	1.998.084,80	223.160,55	77.356,44
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	12.465,20	341,24	113,75
		6.846.450,30	960.209,47	330.449,07
De Investimentos em Imóveis	481			
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812			
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49			
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00

Município de Tábua - Câmara Municipal

Ano: 2015

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

Unidade: Euros

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Reducao	Saldo Final
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	271,86	17.880,78	0,00	18.152,64
292 Provisões para Riscos e Encargos	0,00	92.289,90	430,00	91.859,90
39 Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49 Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2.8. CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ATRÁS REFERIDOS DEVERÁ SER DESAGREGADA DE MODO QUE SEJA DIFERENCIADA A DESCRIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO, INDICAÇÃO DOS VALORES DOS BENS ADQUIRIDOS EM ESTADO DE USO, DATAS DE AQUISIÇÃO E DE REAVALIAÇÃO, VALORES DE AQUISIÇÃO, TAXAS DE AMORTIZAÇÃO, AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO E ACUMULADAS, ALIENAÇÕES, TRANSFERÊNCIAS E ABATES DE ELEMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO NO EXERCÍCIO E OS VALORES LÍQUIDOS DOS ELEMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO

O mapa síntese de bens inventariados encontra-se inserido em sede de documentos de prestação de contas. A informação pormenorizada de todos os bens é uma lista extensa e volumosa, facto que impossibilita e inviabiliza a sua remessa para os órgãos autárquicos. No entanto poderá, caso se pretenda, consultar o programa informático no serviço responsável.

8.2.9. CUSTOS INCORRIDOS NO EXERCÍCIO E RESPEITANTES A EMPRÉSTIMOS OBTIDOS PARA FINANCIAR IMOBILIZAÇÕES, DURANTE A CONSTRUÇÃO, QUE TENHAM SIDO CAPITALIZADOS NESSE PERÍODO

Não aplicável.

8.2.10. INDICAÇÃO DOS DIPLOMAS LEGAIS NOS TERMOS DOS QUAIS SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO

Não aplicável.

8.2.11. ELABORAÇÃO DE UM QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES

Não aplicável.

8.2.12. INDICAR O VALOR GLOBAL RELATIVAMENTE ÀS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO, POR CADA UMA DAS CONTAS DE IMOBILIZAÇÕES EM PODER DE TERCEIROS, INCLUINDO BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO CEDIDOS POR CONTRATO DE CONCESSÃO, IMOBILIZAÇÕES IMPLANTADAS EM PROPRIEDADE ALHEIA, IMOBILIZAÇÕES IRREVERSÍVEIS BEM COMO A DESCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS FINANCEIROS NELAS CAPITALIZADOS, RESPEITANTES AO EXERCÍCIO E ACUMULADAS

Foram reclassificados um conjunto de ativos (infraestruturas primárias) no valor líquido de 3.276.433,65 , abrangidas pelo contrato de Concessão do Subsistema em Alta de Abastecimento Público da Águas à AMRPB. (ver nota 8.2.28).

8.2.13. BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA – VALORES CONTABILÍSTICOS

Não aplicável.

8.2.14. RELAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DESSA NECESSIDADE

Não aplicável.

8.2.15. IDENTIFICAÇÕES DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJETO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPETIVAS RAZÕES

De acordo com as disposições legais constantes no artigo 36.º da Portaria nº641/2000 de 17 de Abril, que publica o CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), os terrenos não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.

8.2.16. DESIGNAÇÃO E SEDE DAS ENTIDADES PARTICIPADAS, COM INDICAÇÃO DA PARCELA DETIDA, BEM COMO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS OU EQUIVALENTE E DO RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO EM CADA UMA DESSAS ENTIDADES, COM MENÇÃO DESSE EXERCÍCIO.

O Município de Tábua tem participações financeiras nas seguintes entidades: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (Beira Centro), CESAB – Centro de Serviços do Ambiente e na WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, SA, a restante informação encontra-se no Mapa das Participações das Entidades que integra a Prestação de Contas, conforme impõe a Resolução n.º 6/2013 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas.

8.2.17. OS ELEMENTOS INCLUÍDOS NAS CONTAS “TÍTULOS NEGOCIÁVEIS” E “OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA”, COM INDICAÇÃO, DA NATUREZA, ENTIDADES, QUANTIDADES E VALORES DE BALANÇO

Não aplicável.

8.2.18. DESCRIMINAÇÃO DA CONTA “OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS”, COM INDICAÇÃO, DA NATUREZA, ENTIDADES, QUANTIDADES, VALORES NOMINAIS E VALORES DE BALANÇO

Não aplicável.

8.2.19. INDICAÇÃO GLOBAL, POR CATEGORIAS DE BENS, DAS DIFERENÇAS, MATERIALMENTE RELEVANTES, ENTRE OS CUSTOS DOS ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE, CALCULADOS DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADAPTADOS, E AS QUANTIAS CORRESPONDENTES AOS RESPETIVOS PREÇOS DE MERCADO

Não aplicável.

8.2.20. FUNDAMENTAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS QUE JUSTIFICARAM A ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO MERCADO

Não aplicável.

8.2.21. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS RESPEITANTES A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE RELATIVAMENTE AOS QUAIS, FACE A UMA ANÁLISE COMERCIAL RAZOÁVEL, SE PREVEJAM DESCIDAS ESTÁVEIS PROVENIENTES DE FLUTUAÇÕES DE VALOR

Não aplicável.

8.2.22. DÍVIDAS DE TERCEIROS – COBRANÇA DUVIDOSA

Foram constituídas provisões para cobranças duvidosas relativamente a Publicidade no valor de 271,86 € e 17.880,78 referente a dívidas de Mercados e Feiras.

8.2.23. VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL DA AUTARQUIA LOCAL

Não aplicável.

8.2.24. QUANTIDADE E VALOR NOMINAL DE OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS EMITIDOS PELA ENTIDADE, COM INDICAÇÃO DOS DIREITOS QUE CONFEREM

Não aplicável.

8.2.25. DESCRIMINAÇÃO DAS DÍVIDAS INCLUÍDAS NA CONTA “ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS” EM SITUAÇÃO DE MORA

Não aplicável.

8.2.26. DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECEBIDOS PARA COBRANÇA

As contas de ordem traduzem os movimentos ocorridos em rubricas extra orçamentais e extra patrimoniais, ou seja, que não tenham implicações quer ao nível do orçamento quer do património.

São constituídas por garantias efectuadas por fornecedores, fornecedores de imobilizado e credores diversos em bancos ou seguradoras, bem como pelos recibos em cobrança, conforme mapa seguinte:

Município de Tábua - Câmara Municipal							
Ano: 2015		Unidade: Euros					
8.2.26 - Contas de Ordem							
Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Código	Designação						
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	1.339.533,14		116.853,76		1.456.386,90	
09321	Prestadas por Fomecedores de c/c						
09322	Prestadas por Fomecedores de Imobilizado	1.105.262,29		116.853,76		1.222.116,05	
09323	Prestadas por Outros Credores	234.270,85				234.270,85	
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				901,87		901,87
09331	Devolvidas a Fomecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fomecedores de Imobilizado				901,87		901,87
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
09341	Acionadas a Fomecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fomecedores de Imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		1.339.533,14		116.853,76	901,87	1.456.485,03	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	271,86				271,86	
0922	A responsabilidade de Outros Agentes						
Total de Recibos para Cobrança		271,86		0,00		271,86	
Total		1.339.805,00		116.853,76	901,87	1.456.756,89	

As retenções efetuadas no momento do pagamento por reforço de garantia ou outros, são lançadas como Operações de Tesouraria na conta 26815 – Empreitadas.

8.2.27. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS EXPLICITANDO OS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

De acordo com a informação prestada pelo advogado que representa o Município e pelo princípio da prudência, foi acautelado em provisões do exercício de 2015, valores referentes a processos em tribunal que foram levantados no montante global de 91.859,90 euros.

8.2.28. EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 “FUNDO PATRIMONIAL”.

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
51 – Património	49.041.226,48	0,00	0,00	49.041.226,48
57 – Reservas	(3.265.532,86)	3.276.433,65	0,00	10.900,79
59 – Resultados transitados	(23.227.560,50)	1.745.504,68	5.433.990,45	(26.916.046,27)
88 – Resultado líquido	(1.662.787,57)	1.662.787,57	783.314,16	(783.314,16)
	20.885.345,55	6.684.725,90	6.217.304,61	21.352.766,84

Ocorreram movimentos na conta 59 – Resultados Transitados a débito no montante de 5.433.990,45 e a crédito no montante de 1.745.504,68 .

Quanto aos movimentos a débito, o valor (3.276.433,65), já explicado na Reunião de Câmara de 23 de setembro de 2015 e na Assembleia Municipal de 25 de setembro de 2015, foi reclassificado no primeiro semestre de 2015 para a conta 59 – Resultados Transitados, valores inerentes a infraestruturas primárias abrangidas pela Concessão do Subsistema em Alta de Abastecimento Público de Água à Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB). O valor de 1.662.787,57 relativo à aplicação do resultado líquido negativo de 2014. O valor a débito de 131.873,01 , refere-se à correção da estimativa de férias e subsídio de férias de 2014 pagas em 2015, uma vez que a estimativa assentava nas reduções das remunerações aplicadas pelo artigo nº 33 da LOE 2014 e em 2015 as mesmas foram abolidas. O valor a débito de 224.033,75 , corresponde ao lançamento de correção referente ao valor recebido em 2005 e 2007 do “Acordo com as Estradas de Portugal EN 230.6 e melhoria das

acessibilidades ao IP3” registado indevidamente em proveitos desses anos e por último o valor a débito de 138.862,47 , corresponde ao ajustamento do valor recebido ao acréscimo de proveitos lançado em 2014 e que originou um excesso de estimativa no exercício de 2014, (estimativa de IMI, IUC, IMT, CA e SISA de anos anteriores) em dívida pelos contribuintes, mediante informação complementar do portal das Finanças.

Quanto aos movimentos a crédito, o valor de 215.304,00 corresponde ao valor da Participação Fixa no IRS relativo a 2014 recebido em 2015, o valor a crédito de 97.720,41 corresponde ao abastecimento de água a Touriz e abastecimento de água Gândara de Espariz, abatidos na sequência da transferência para as Águas do Planalto, pelo valor líquido e por último o valor a crédito de 1.432.480,27 , diz respeito ao acerto das imputações dos proveitos diferidos, não efetuadas nos anos anteriores, relativamente a todos os subsídios ao investimento (ver nota 8.2.1 e 8.2.2)

8.2.29. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Quanto ao **Ativo Circulante – Existências** o valor de stocks em armazém e os resultados apurados são calculados em função da contagem física dos bens armazenáveis. As existências finais estão valorizadas ao custo médio ponderado. No entanto, o apuramento e respetivos movimentos contabilísticos tiveram por base a seguinte fórmula:

$$\text{Custo Das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)} = \text{Existências Iniciais (EI)} + \text{Compras (C)} \\ \text{+/- Regularização Existências (RE)} - \text{Existências Finais (EF)}$$

Aplicando a fórmula acima mencionado o custo do exercício é de 326.321,39 €.

Município de Tábua - Câmara Municipal
 (designação da autarquia local)

 Ano: 2015
 (unidade: Euros)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00 €	175.011,10 €
Compras	0,00 €	289.789,29 €
Regularizações de Existências	0,00 €	-14.324,01 €
Existências Finais	0,00 €	124.154,99 €
Custos no Exercício		326.321,39 €

8.2.30. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Não houve movimentos contabilísticos nas contas que concorrem para a variação da produção. Ainda assim dá-se conta do referido mapa.

Município de Tábua - Câmara Municipal

Ano: 2015

Demonstração da Variação da Produção

Unidade: Euros

Movimentos	Produtos acabados e intermédios		Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		Produtos e trabalhos em curso	
Existências Finais	33	0,00	34	0,00	35	0,00
Regularizações de Existências	383	0,00	384	0,00		
Existências Iniciais	33	0,00	34	0,00	35	0,00
Aumento/Redução no Exercício		0,00		0,00		0,00

8.2.31. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

A diminuição dos Juros suportados deve-se essencialmente ao término de cinco empréstimos e à contínua descida das taxas de juros.

A diminuição de Outros Custos e Perdas Financeiros deve-se ao pagamento de faturação em mora.

Do lado dos Proveitos houve uma ligeira descida, devido à diminuição dos rendimentos de imóveis, provenientes da Renda da EDP.

Município de Tábua - Câmara Municipal
Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2015

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	175.199,46	244.025,54	781	Juros obtidos	113,05	152,40
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	340.602,84	344.314,88
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	30.218,27	80.621,68	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	135.298,16	19.820,06	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		340.715,89	344.467,28			340.715,89	344.467,28

8.2.32. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS
Município de Tábua - Câmara Municipal
Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2015

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	25.000,00	26.476,74	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
695	Multas e Penalidades	771,81	13.960,02	795	Benefícios de penalidades contratuais	0,00	0,00
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	430,00	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	78.281,26	97.118,64	797	Correções relativas a exercícios anteriores	133.582,48	167.992,80
698	Outros custos e perdas extraordinárias	2.482,75	15.860,59	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	280.067,17	145.884,62
	Resultados extraordinários	307.543,83	160.461,43				
		414.079,65	313.877,42			414.079,65	313.877,42

A diminuição das Transferências de capital concedidas deve-se ao período de contenção de despesas em que o Município se encontra.

O valor constante na rubrica de Correções Relativas a Exercícios Anteriores diminuiu, deve-se como o próprio nome indica, a lançamentos de regularizações a movimentos contabilísticos ocorridos em exercícios anteriores, nomeadamente, amortizações extraordinárias e correção à estimativa do acréscimo de IMI.

Verificou-se também uma redução na rubrica de Outros custos e perdas extraordinárias, compreende os valores das comissões/ manutenção de conta e um donativo em espécie da entidade Supertábua – Supermercados, Lda, no valor de

850,00 €, lançado na 6983 – Outros não especificados, em contrapartida da 7981 – Donativos.

O aumento de Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários deve-se ao montante da imputação anual dos proveitos diferidos por consequência da regularização e afetação dos subsídios ao investimento aos respetivos investimentos, já anteriormente explicado no ponto 8.2.2.